



Pesquisa

## Percepção dos Estudantes de Odontologia da Universidade Federal da Paraíba Sobre o Racismo

Perception of Federal University of Paraíba Dentistry Students on Racism

Jannerson Cesar Xavier de Pontes<sup>1</sup>, Lorenzo Bernardi Berutti<sup>2</sup>, Bruna Lima Miranda<sup>2</sup>, Tamires Vieira Carneiro<sup>3</sup>, Wilton Wilney Nascimento Padilha<sup>4</sup>.

<sup>1</sup>Mestrando em Odontologia pelo Programa de Pós-graduação em Odontologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa–Paraíba– Brasil

<sup>2</sup>Graduado(a) em Odontologia pela Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa–Paraíba– Brasil

<sup>3</sup>Doutora em Modelos de Decisão em Saúde pelo Departamento de Estatística da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa–Paraíba– Brasil

<sup>4</sup>Professor do Programa de Pós-graduação em Odontologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa–Paraíba– Brasil

Autor e endereço para correspondência:

Jannerson Cesar Xavier de Pontes – R Antônio T P da Silveira, 315, Ap 301, Jd Cid Univ, João Pessoa-PB – CEP: 55930-000. E-mail: jannersoncesar@hotmail.com

---

### Resumo

**Introdução:** O Racismo no Brasil teve sua origem com a chegada dos portugueses. Mais de 1500 anos depois, ideologias e práticas racistas ainda se perpetuam na sociedade brasileira, principalmente de forma sutil e velada, acentuando disparidades socioeconômicas e prejudicando relações interpessoais em diversas áreas de convivência social, como as universidades. Tais fatos constituem um verdadeiro paradoxo num país cujo povo é fruto da miscigenação de diversas raças. **Objetivo:** Identificar a existência de práticas e ideologias racistas entre estudantes do curso de Odontologia do Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). **Metodologia:** Estudo transversal com abordagem indutiva, procedimento descritivo, técnica de observação indireta extensiva com aplicação de questionário. Foram abordados, por meio de um questionário objetivo, 178 estudantes do Curso de Odontologia do Campus I da Universidade Federal da Paraíba em João Pessoa/PB no período de abril a dezembro de 2015 e posteriormente os dados foram analisados descritivamente no Microsoft Office Excel. Este estudo foi aprovado pelo comitê de ética e em pesquisa da Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba, sob CAAE 45150815.4.0000.5186. **Resultados:** De toda amostra apenas 2,3% se declararam racistas, porém 84,3% disseram acreditar que o racismo está presente na UFPB sendo que 16,9% e 18,3% afirmaram que seus colegas de classe e professores praticam este ato. **Conclusões:** Ficou clara a existência de práticas e ideologias racistas entre os estudantes do curso de Odontologia no ambiente acadêmico em que eles estão inseridos, permitindo que seja debatida a importância da mudança de postura por parte dos agentes discriminatórios.

**Descritores:** Racismo. Preconceito. Discriminação Social. Bioética.

---



## Abstract

**Introduction:** The racism in Brazil originated with the arrival of the Portuguese people. More than 1,500 years later, ideologies and racist practices still are perpetuated in Brazilian society, especially in a subtle and veiled form, emphasizing socioeconomic disparities and causing damage in interpersonal relationships in various areas of social life, such as universities. These facts are a real paradox in a country whose people is the result of a mixing from different races. **Objectives** To identify the existence of racist practices and ideologies between students from the Dentistry course on Campus I of Federal University of Paraiba. **Methods:** It is a cross-sectional study with inductive approach, descriptive procedure, and extensive indirect observation technique with questionnaire application. Through an objective questionnaire, 178 students from the Dentistry Course of Federal University of Paraiba at Campus I in João Pessoa/PB were approached between April and December 2015 and the data were analyzed descriptively on Microsoft Office Excel. The Research and Ethics Committee of the Paraiba State Health Department, under CAAE 45150815.4.0000.5186, approved this study. **Results:** Only 2.3% of the sample declared themselves to be racist, but 84.3% said they believed that racism was present in the UFPB, while 16.9% and 18.3% stated that their classmates and teachers practiced this act. **Conclusions:** It was clear the existence of racist practices and ideologies among students of the Dentistry course in the academic environment in which they are inserted, allowing the debate about the importance of posture change by discriminatory agents.

**Keywords:** Racism. Prejudice. Social Discrimination. Bioethics.

## Introdução

A origem do racismo brasileiro caminha junto com a colonização pelos portugueses e o processo de escravidão<sup>1</sup>. Depois de um primeiro momento de dominação pela força, a anulação da cultura negra e ideais de inferioridade biológica do negro consolidaram sua subordinação ao homem branco e suas políticas. Com a estrutura social formada, estando o negro estratificado na zona de pobreza, o racismo sustentou seu discurso nas condições individuais e grupais dos sujeitos<sup>2</sup>. A implementação da Lei Aurea, que finalizou o regime de escravidão no Brasil, não interferiu na ideologia racista que continuou excluindo e discriminando o negro. Consonante com esse ideário, a classe dominante brasileira optou pela imigração de mão de obra europeia branca, com o claro intuito de “branquear” o país<sup>1</sup>. A ideologia do “embranquecimento” representou, então, “a passagem do racismo de dominação ao racismo de exclusão”<sup>1</sup>.

O racismo no Brasil é crime desde 05 de janeiro de 1989, quando a Lei Nº 7.716 foi sancionada pelo chefe do governo José Sarney. Em seu art. 1º, que foi alterado pela Lei Nº 9.459 de 15/05/1997, diz que “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação



ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional tendo como pena reclusão de dois a cinco anos<sup>3</sup>. Apesar de ser considerado por muitas pessoas uma prática do passado, que não existe mais nos tempos de hoje, e de ser alvo dessa lei que o condena, ele ainda representa um tabu a ser vencido na sociedade brasileira.

Existe uma distância considerável entre os negros e os brancos, em pleno século XXI, refletida nas relações interpessoais diárias e observada no acesso desigual a bens e serviços, ao mercado de trabalho, ao ensino superior assim como ao usufruto de direitos civis, sociais e econômicos. Outras causas também são influentes para que ocorra essa desigualdade racial, como o passado de exclusão e invisibilidade da população negra, sua condição de pobreza e, principalmente, quando os seus direitos foram negados após a abolição da escravidão no Brasil, em 1888<sup>4</sup>. Hoje, percebemos distintos vícios que alimentam um racismo sutil e velado que atua de maneiras não ostensivas para não se expor aos conceitos éticos mundiais que prezam pelos princípios de igualdade<sup>5</sup>.

O racismo dissimulado do brasileiro, mantém uma estrutura opressora e excludente, que visa manter a soberania e os privilégios do homem branco em detrimento da socialização do negro. Ele ultrapassa as fronteiras interpessoais, chegando a prejudicar a relação das pessoas com os serviços. Instituições que compactuam com a ideologia discriminatória, como serviços de saúde e educação, influenciam decisiva e negativamente o bem-estar da população negra<sup>1</sup>. A distância entre o discurso e a prática é silenciosa e ao mesmo tempo evidente. Apesar de afirmarmos sermos um país miscigenado e cada vez mais homogêneo, comumente nos deparamos com atitudes discriminatórias que se propõem a manter a estrutura hierárquica colonial<sup>1</sup>.

Temos que entender que a desigualdade racial no Brasil é resultado de fenômenos como o racismo, o preconceito, a discriminação racial e institucional, para que depois possamos trabalhar na reversão desse quadro e promover um modelo de desenvolvimento no qual a diversidade seja uma de suas bases, onde a inclusão e a igualdade prevaleçam. Para enfrentar esses fenômenos, deve haver “atuação conjunta de um Estado efetivo com uma Sociedade ativa e fortalecida”, visando a diversos tipos de intervenção como a repressão às práticas racistas, ações de valorização da população negra e a combinação de políticas sociais universais com políticas afirmativas<sup>4</sup>.

No Brasil, recentemente, foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 que em seu art. 1º obriga as universidades e institutos federais a reservarem 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; desses 50%, metade são destinadas a estudantes de famílias com renda per capita mensal inferior a 1,5 salário mínimo<sup>6</sup>. No art. 3º diz que:



Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) <sup>6</sup>.

Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) a forma de ingresso é através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) onde os estudantes utilizam suas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para ingressar em um dos cursos da universidade. Nessa plataforma a UFPB em 2014 disponibilizou para o curso de Odontologia 80 vagas, sendo 40 para a entrada no primeiro semestre e 40 para a entrada no segundo semestre. Dessas 80 vagas 35% foram reservadas respeitando a Lei nº 12.711/2012<sup>7</sup>. “A proposta de introduzir ações afirmativas como meio para contrabalançar os efeitos históricos de discriminações estruturais, não consegue, porém, gerar consenso nem mesmo entre estudiosos do assunto” <sup>8</sup>. Pois a visão das pessoas a respeito das ações afirmativas é diferente, enquanto alguns visam isso como uma condição de superação da discriminação racial, ajudando os desprivilegiados a criar e fortalecer uma identidade positiva, outros observam essas medidas como um “ataque perigoso contra a ‘maneira tradicional brasileira’ de se relacionar com as diferenças humanas”, segundo o autor, e temem que por meio delas possam ser instigados conflitos raciais<sup>8</sup>.

Um autor se mostrou contra as ações afirmativas e destacou que as cotas étnico-raciais são metas factíveis dos movimentos sociais para alcançar uma “igualdade social”. Elas prometem em nome de “reparações sociais”, uma suposta mobilidade social ascendente obtida a partir de uma desigualdade de gênero, etária, étnica etc. O negro passa a ser portador de uma dívida histórica, tornando-o “merecedor” de políticas de exceção, porém isso mostra que ele é “diferente” dos demais, já explicitando uma diferenciação com os negros, que buscam igualdade social, e o resto da população<sup>9</sup>.

Outro autor se mostrou a favor das ações afirmativas no Brasil e assegura que a política de cotas é um instrumento eficiente para garantir maior representação dos negros na sociedade, sendo também um dispositivo concreto de combate à elevada desigualdade social que existe no país, tendo um caráter democratizante, que educa ou mobiliza politicamente os negros e coloca em questão a opressão racial do país. A proposta de cotas é vista como uma medida específica transitória que é progressista, tendo o poder de proporcionar uma visibilidade maior ao povo negro<sup>10</sup>.



Todos esses fatos se refletem nas relações interpessoais dos cidadãos brasileiros em diversas áreas de convivência social, como as universidades. Diante desse cenário, e constatando a falta de estudos relacionados a este tema nessa instituição, esta pesquisa, de financiamento próprio, visou descrever a percepção dos estudantes de Odontologia do Campus I da Universidade Federal da Paraíba acerca desse problema verificando a existência de práticas e ideologias racistas no ambiente acadêmico.

## Metodologia

A pesquisa em questão consistiu num estudo transversal com abordagem indutiva, procedimento descritivo, técnica de observação indireta extensiva com aplicação de questionário<sup>11</sup>. Nela, o universo correspondeu aos 318 estudantes matriculados no Curso de Odontologia do Campus I da Universidade Federal da Paraíba que estavam cursando ao menos uma das disciplinas ofertadas pelo curso no período 2015.1. Foi realizado cálculo amostral com nível de confiança de 95% e 5% de erro, correspondendo a 175 estudantes. Ao final da coleta foram obtidos 178 questionários respondidos, conforme descrito na tabela 1.

**Tabela 1.** Distribuição da relação universo-amostra de estudantes (N) de odontologia da UFPB por período no semestre 2015.1.

Período	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	Total
Universo	55	32	9	38	27	35	30	30	31	31	318
Amostra	27	21	6	18	12	20	19	19	23	13	178

Após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética da Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba, sob CAAE 45150815.4.0000.5186, foi realizada a coleta dos dados entre abril e dezembro de 2015 por três pesquisadores da equipe, nas salas de aula do Centro de Ciências da Saúde do Campus I da UFPB com a devida permissão dos professores que estavam ministrando as aulas. Os estudantes do décimo período do curso foram questionados online por meio da plataforma Google Forms, já que no período da coleta dos dados não estavam mais participando de aulas teóricas na universidade. Os estudantes de cada turma foram escolhidos por conveniência. Cada um, uma única vez, recebeu um questionário composto de 24 perguntas objetivas e duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido anexadas, sendo uma do estudante e uma dos pesquisadores. O método de questionário foi escolhido por ser prático para a obtenção de dados. A elaboração desse questionário foi realizada pelos pesquisadores responsáveis, levando em



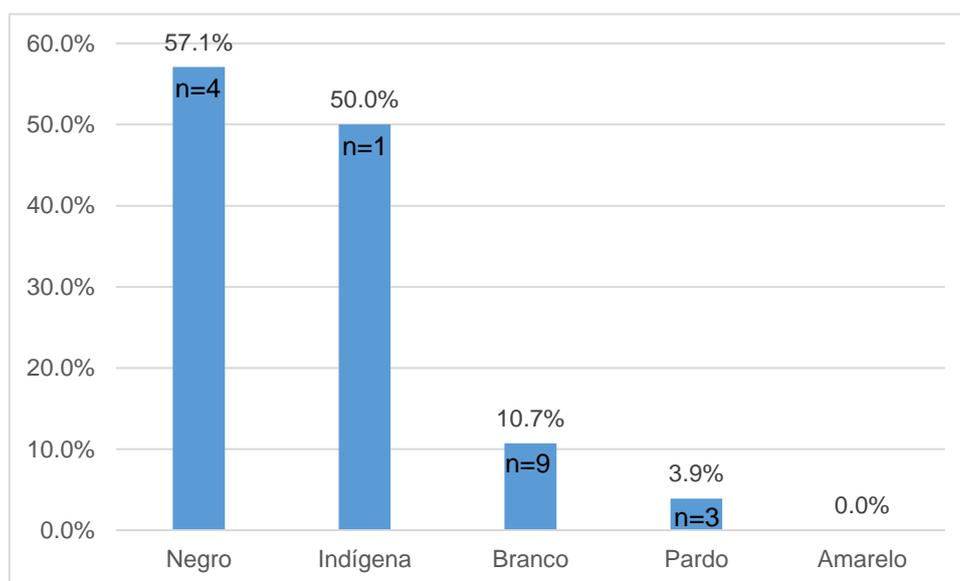
consideração os objetivos da pesquisa e abordando as variáveis: cor do voluntário, experiência dele em situações racistas dentro e fora do campus, qual o agente agressor, opinião sobre políticas afirmativas de cotas, opinião sobre a existência de diferentes raças humanas, conhecimento sobre expressões racistas, ambiente no qual as expressões foram praticadas, conhecimento de pessoas abertamente racistas, em qual ambiente social ela se encontra, se o voluntário se considera racista, se o voluntário observa práticas racistas dentro da UFPB.

## Resultados

Participaram da pesquisa estudantes com uma faixa etária entre 18 e 41 anos (média de 22 anos), destes 35,59% (n=63) nasceram em João Pessoa, os outros 64,41% (n=115) eram de outras cidades do Brasil e do mundo, levando em consideração a existência de intercambistas que participaram da amostra.

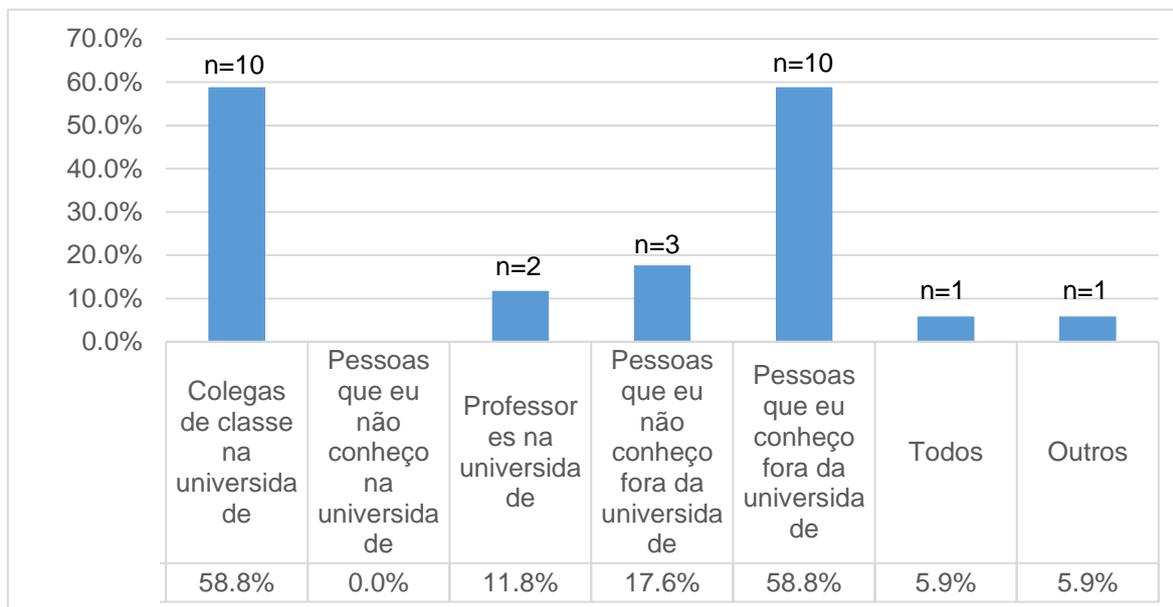
Quando questionados se consideravam que existem raças humanas 63,3% (n=113) afirmaram que não, 32,2 % (n=57) afirmaram que sim e 4, 5% (n=8) não responderam à pergunta.

Quanto às cores de suas peles, 47,2% (n=84) estudantes se autodeclararam brancos, 43,3 (n=77) pardos, 4,5% (n=8) amarelos, 3,9% (n=7) negros e 1,1% (n=2) indígenas. Entre eles, 9,6% (n=17) já sofreram preconceito devido sua cor e 90,4% (n=161) não (gráfico 1). Ao responderem de quem partiu esse preconceito, 8,4% (n=15) pessoas afirmaram que o preconceito partiu de



**Gráfico 1.** Percentual de vítimas de preconceito racial por cores autodeclaradas ente estudantes do curso de Odontologia da UFPB.

peças de fora da universidade e 8,4% (n=15) que o preconceito aconteceu em ambiente universitário, isso porque algumas peças assinalaram mais de uma opção (gráfico 2).



**Gráfico 2.** Percentual de agentes que praticaram preconceito racial contra estudantes de Odontologia da UFPB dentro ou fora do ambiente universitário.

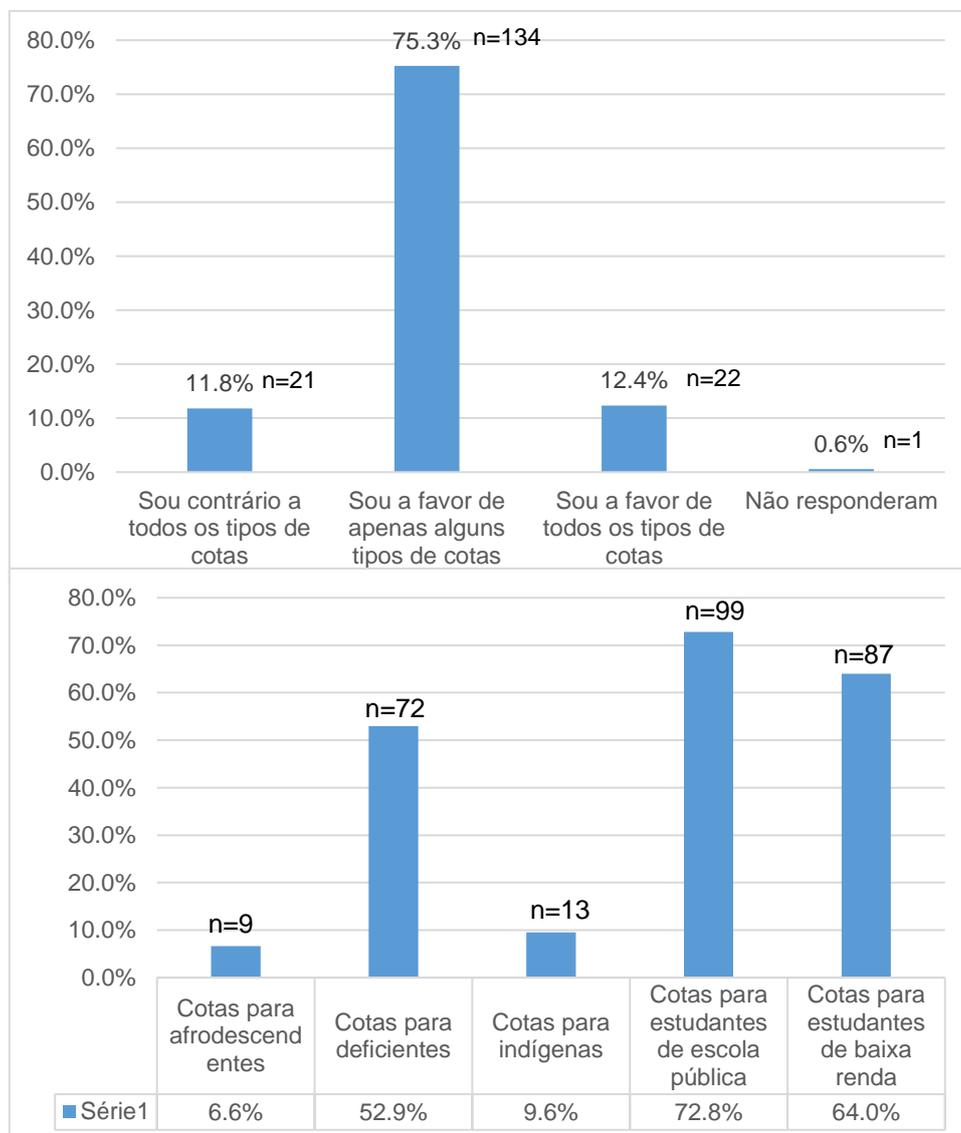
Quando questionados se o problema do racismo estava presente na UFPB 84,3% (n=150) afirmaram que sim, 14,0% (n=25) que não e 1,7% (n=3) dos estudantes não responderam. Por sua vez, ao serem indagados se eles se consideravam pessoas racistas 96,0% (n=171) responderam que não, 2,3% (n=4) disseram que sim e 1,7% (n=3) não responderam.

Sobre suas conversas com seus colegas de classe acerca das diferenças entre grupos etnoculturais 52,2% (n=93) que elas eram debatidas como características da diversidade cultural brasileira, 28,1% (n=50) afirmaram que não tratavam sobre elas pois tinham assuntos mais relevantes, 8,4% (n =15) que não discutiam sobre elas pois poderiam levar a conflitos, 7,3% (n=13) que eram debatidas e reproduziam comentários racistas e 3,9% (n=7) estudantes não responderam.

Entre os estudantes 83,2% (n=148) afirmaram conhecer alguma pessoa racista, 15,2% (n=27) afirmaram não conhecer e 1,6% (n=3) não responderam à pergunta. Os que conheciam encaixaram essas pessoas em grupos, sendo 66,2% (n=98) em familiar, 47,3% (n=70) amigo, 18,3% (n=27) professor, 17,6% (n=26) outro, 16,9% (n=25) colega de turma e 2,7% (n=4) não responderam.

Entre os estudantes, 65,8% (n=117) cursaram o ensino médio somente em escola particular, 30,3% (n=54) somente em escola pública, 2,8% (n=5) em ambas e 1,1% (n=2) em escola particular com bolsa.

No que se refere a cotas 0,6% (n=1) não responderam, 11,8% (n=21) dos alunos não apoiam nenhum tipo de cotas, 12,4% (n=22) dos alunos são totalmente a favor das cotas e 75,3% (n=134) concordam parcialmente com o sistema (gráfico 3), desses concordam com o uso de cotas: 72,8% (n=99) para estudantes de escola pública, 64% (n=87) para estudantes de baixa renda, 52,9% (n=72) para deficientes, 9,6% (n=13) para indígenas e 6,6% (n=9) para negros (gráfico 4).



**Gráfico 4.** Posicionamento dos estudantes de Odontologia da UFPB (em %) que são parcialmente a favor de cotas nos vestibulares.



## Discussão

Duas vertentes bem definidas travam debate sobre o uso do termo “raças” na atualidade. Biólogos pretendem mostrar que os seres humanos não possuem diferenças genéticas relevantes ao ponto de dividir a espécie, de maneira geral todos fazem parte da mesma espécie, com as mesmas capacidades. Isso porque, biologicamente, há insignificância de alterações genéticas entre os indivíduos de diferentes grupos populacionais. Alterações genéticas entre mesmos grupos geográficos do que quando comparados com outros não legitimam a divisão do ser *Homo sapiens* em raças<sup>12</sup>. Outra vertente, defendida por grupos de cientistas sociais, ressalta que o conceito de raça foi construído socialmente para exaltar diferenças e justificar desigualdades e dominação<sup>13</sup>. Talvez seja por estes motivos que 63,3% dos participantes dessa pesquisa tenham afirmado a não existência de raças humanas, por serem estudantes da área da saúde e terem conhecimento sobre embriologia, anatomia e genética.

Enquanto 47,2% dos estudantes se autodeclaram brancos, 3,9% afirmaram ser negros, corroborando com os achados de Latreille em 2015, que descreveu o perfil socioeconômico de estudantes do curso de Odontologia da Universidade Federal de Santa Catarina, onde 89,29% dos estudantes se autodeclararam brancos e 2,44% da cor negra<sup>14</sup>. Esses números mostram que mesmo com a política de cotas raciais, ainda existe uma discrepância no ingresso e/ou permanência de pessoas negras nos cursos de Odontologia.

Alguns estudantes afirmaram já ter sofrido preconceito, 57,1% dos negros afirmaram ter sido atingidos e as ofensas partiram 58,8% dos colegas de classe e 11,8% dos professores, deixando claro que a intolerância é presente dentro do ambiente acadêmico. Entretanto, essa discriminação continua sendo tratada de forma velada e silenciosa, pois 84,3% dos estudantes afirmaram que o racismo está presente dentro da UFPB, mas não se identificaram como racistas (96,0%), contradizendo-se quando 18,3% identificaram professores e 16,9% colegas de turma racistas. Ainda se mostraram intolerantes em se tratando de assuntos étnico raciais, onde 28,1% e 8,4% disseram que não discutem assuntos referentes às diferenças de grupos etnoculturais porque podem causar conflitos ou porque têm assuntos mais relevantes a serem tratados, respectivamente.

Voltando um olhar para a política de cotas, 11,8% não apoiam nenhum tipo de cota e 75,3% apoiam parcialmente, no entanto a cota racial foi mencionada como válida por 6,6% destes e a cota para indígenas por 9,6%. Um estudo de Paiva e Jiménez em 2013 verificou a percepção de



estudantes e professores da Universidade de Pernambuco sobre a política de cotas, e estudantes afirmaram que esta reduz o nível acadêmico da universidade (2,3% concordaram totalmente e 13,4% concordaram parcialmente). E ainda, professores disseram que o desempenho dos alunos cotistas é inferior aos não cotistas (9,6% concordaram totalmente e 45,2% concordaram parcialmente) (Paiva e Jiménez, 2017).

### **Conclusão**

A partir deste estudo, fica clara a existência de práticas e ideologias racistas entre os estudantes e profissionais no ambiente acadêmico em que eles estão inseridos, mostrando que ainda falta muito para uma conscientização generalizada sobre igualdade racial, permitindo o debate a respeito da importância de uma mudança de postura por parte dos agentes discriminatórios. As causas e consequências do racismo dentro da universidade não foram descritas neste trabalho, por isso são necessários novos estudos para identifica-las e também visando um combate mais efetivo desse tipo de discriminação para que sejam estabelecidas políticas diretas e efetivas para a integração do negro à sociedade.



## Referências

1. Kalckmann S, Santos CGD, Batista LE, Cruz VM. Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS. *Saúde Soc.* 2007;16(2):146-155.
2. Guimarães ASA. Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. *Rev Bras Ciên Soc.* 1999;14(39):103-117.
3. Brasil. Lei no 7.716, de 05 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília: Presidência da República Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm)
4. Ciconello A. O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial. *From Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can Change the World.* Oxfam Intern. 2008.
5. Dahia SLM. A mediação do riso na expressão e consolidação do racismo no Brasil. *Soc Est.* 2008; 23(3):697-720.
6. Brasil. Lei no 12.710, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm).
7. MEC. Termo de Adesão - 1ª edição de 2014. Disponível em: <http://www.prg.ufpb.br/?q=download/file/fid/217>.
8. Hofbauer A. Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil. *Lua Nov.* 2006;68:9-56.
9. Leite JL. Política de cotas no Brasil: política social? *Rev Katál.* 2011;14(1):23-31.
10. Domingues, P. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. *Rev Bras Educ.* 2005;29:164-176.
11. Lakatos EM, Marconi MA. Fundamentos de metodologia científica. 3th ed. São Paulo: Ed Atlas, 1991.
12. Pena SDJ, Birchall TS. A inexistência biológica versus a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social? *Rev USP.* 2006;68:10-21.
13. Souza SM, Lucena FG. O Conceito de Raça na Sociologia Contemporânea. *Anais de XII Congr Bras Sociol.* 2005.
14. Latreille AC, et. al. Perfil socioeconômico dos graduandos em Odontologia da Universidade Federal de Santa Catarina. *Revista da ABENO.* 2015;15(1):86-96.



15. Paiva PSA, Jiménes LO. Políticas de cotas no acesso ao ensino superior: percepção de professores e estudantes da Universidade de Pernambuco- Brasil. Rev Cien Inic Inv. 2017;2(1):69-82.